

## Recompor os efetivos já!

*Com anos de atraso, a Petrobrás realiza nesta sexta Fórum de Efetivos com a FUP e sindicatos*



Com vários anos de atraso, a Petrobrás, finalmente, realizará seu primeiro Fórum de Efetivos com a FUP e seus sindicatos, conforme determina a Cláusula 96 do Acordo Coletivo. O debate será realizado nesta sexta-feira, 14, ao longo de todo o dia, no Rio de Janeiro. A empresa se posicionará sobre o PIDV, o Mobiliza e o Plafort e discutirá com o movimento sindical conceitos e propostas de efetivos.

Há anos, a FUP vem tentando construir com a Petrobrás uma metodologia conjunta de recomposição de efetivos, que atenda às necessidades apontadas pelos trabalhadores em diferentes unidades da empresa. Os gestores, no entanto, sempre tiveram uma postura autoritária e arrogante neste processo, emperrando mudanças significativas nos estudos de efetivos.

Para piorar, nos últimos anos a Petrobrás implantou sem qualquer debate com o movimento sindical programas de reestruturação de efetivos que têm impactado as condições de trabalho e segurança, aumentando consideravelmente os riscos de acidentes. Nos últimos quatro anos, nossos sindicatos já registraram 49 mortes de trabalhadores em consequência desta política de insegurança.

Em carta enviada à presidenta Dilma Rousseff, em agosto deste ano, a FUP já havia alertado para a necessidade de mudanças estruturais na Petrobrás. "Para defender a maior empresa do Brasil, defendemos antes de tudo a vida dos petroleiros e das petroleiras, exigindo condições seguras de trabalho em todo o setor petróleo. Intensificaremos a luta contra a precarização provocada pela

terceirização e em defesa da recomposição dos efetivos próprios do Sistema Petrobras", apontou a FUP no documento.

Até hoje não tivemos sequer a recomposição das vagas deixadas pelos 8.298 petroleiros que aderiram ao PIDV. É sempre bom lembrarmos que o último programa de saída em massa de trabalhadores da empresa foi iniciado em 1999 e terminou em 2001, quando vivemos uma das piores tragédias na Petrobrás, que foi o afundamento da P-36, onde perdemos 11 companheiros. Se os gestores da empresa continuarem fugindo de suas responsabilidades com a recomposição estrutural dos efetivos, corremos seriamente o risco de um outro grande acidente na Petrobrás. Vide as diversas ocorrências nas refinarias e plataformas.

# Patrões querem reduzir custos com Fator Acidentário de Prevenção

O Fórum Nacional de Saúde do Trabalhador das Centrais Sindicais se reuniu no último dia 10, em São Paulo, para debater estratégias de enfrentamento às mudanças que as empresas querem que a Previdência Social implemente, ainda este ano, na fórmula de cálculo do Fator Acidentário de

Prevenção (FAP). O movimento sindical tem alertado que o objetivo dos patrões é descaracterizar ainda mais o mecanismo do FAP, que já possui grandes debilidades.

Entre os absurdos propostos para a nova metodologia de cálculo está a exclusão dos acidentes de trabalho com afastamento de

até 15 dias, o que aumentará ainda mais a já escandalosa subnotificação praticada pelas empresas. As empresas também querem a retirada do acidente de trajeto, um retrocesso que viola o direito garantido nas leis brasileiras de proteção previdenciária acidentária especial e nas legislações internacionais.

## Como as empresas economizam milhões à base da subnotificação

Para reduzir seus gastos com a Previdência Social, as empresas recorrem à subnotificação de acidentes e doenças, reduzindo,

assim, o cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Entenda como funciona a matemática da Petrobrás e demais empresas para

economizar às custas do trabalhador que sofre duplamente: é vítima do acidente/doença do trabalho e também da subnotificação.

1	O FAP é um multiplicador com variações de 0,50 a 2,00 que incidirá sobre as alíquotas do Risco Ambiental do Trabalho (RAT).
2	O RAT varia de 1% a 3%, de acordo com o grau de risco da atividade principal da empresa. No caso da Petrobrás, o RAT é de 3%.
3	O RAT é multiplicado pelo FAP e o resultado final é o que a empresa deve pagar à Previdência Social.
4	Quanto maior o histórico de óbitos e afastamentos por doença e acidentes de trabalho, maior é o FAP.
5	Uma empresa com índices altos de acidentes e doenças de trabalho, como é o caso da Petrobrás, teria o RAT ajustado para até 6% (3% x 2,00).
6	Para evitar alíquotas altas, as empresas subnotificam as ocorrências de SMS para alterar os índices que incidem sobre o cálculo do FAP.
7	A frequência de acidentes e doenças de trabalho é um destes índices. A gravidade das ocorrências (auxílios doença e acidente, aposentadoria por invalidez e pensão por morte) também é utilizada no cálculo do FAP, assim como os custos gerados pelas ocorrências (benefícios pagos ou devidos pela Previdência).
8	Como a Petrobrás subnotifica acidentes e doenças com afastamento, a empresa consegue reduzir vários desses indicadores. O resultado desta maquiagem é uma economia significativa às custas da saúde do trabalhador.

## Ações judiciais sobre a RMNR: TST realiza dia 18 audiência de conciliação

Os jurídicos da FUP e de seus sindicatos participam no próximo dia 18 da audiência de conciliação que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) realizará em função do Dissídio Coletivo de Natureza Jurídica ajuizado pela Petrobrás no dia 14 de outubro para tentar garantir uma interpretação unificada da justiça

trabalhista em relação às ações coletivas dos trabalhadores que cobram o pagamento correto do “Complemento da RMNR”. A audiência será realizada com o Ministro Yves Gandra, que está tentando um acordo entre as partes. “Não havendo acordo será nomeado, por distribuição, um Ministro-Relator e o pro-

cesso seguirá para julgamento, ainda sem data prevista”, informa o assessor jurídico da FUP, Normando Rodrigues. Até o momento, a postura do jurídico da Petrobrás tem sido de “pura e simplesmente negar que existam diferenças devidas no complemento da RMNR”, como informa Normando.



# O ataque frontal da Petrobrás à Comissão de Benzeno

A Petrobrás, que já vinha tendo uma postura intrasigente e desrespeitosa com os trabalhadores na Comissão Nacional Permanente de Benzeno (CNPBz), ultrapassou todos os limites na última reunião, realizada nos dias 05, 06 e 07 de novembro, em Belo Horizonte. Os representantes da empresa afirmaram com todas as letras que irão proibir a partir do ano que vem as visitas da Comissão nas unidades de refino.

A atitude ditatorial dos representantes da Petrobrás na CNPBz (que é tripartite e tem representações também do governo e dos sindicatos) indignou toda a bancada dos trabalhadores. O momento mais tenso da reunião foi quando a gerente de saúde e médica do trabalho, que representava a Petrobrás na reunião, confrontou os dirigentes sindicais petroleiros e, com o apoio da bancada patronal, inviabilizou o fechamento do calendário de atividades da Comissão para 2015, ao impedir o agendamento de visitas técnicas no Sistema Petrobrás.

“Não permitiremos que esse tipo de atitude, de pessoas que se acham donas da Petrobrás, traga retrocesso em relação à segurança e à saúde dos trabalhadores. E, se a diretoria da empresa



estiver sendo conivente com esse tipo de atitude dos seus representantes na CNPBz, a FUP tomará providências imediatas junto aos petroleiros”, declarou o diretor do Sindipetro Unificado de São Paulo, Auzélio Alvez, um dos integrantes da bancada dos trabalhadores.

“Não é possível que continuemos na Comissão assegurando apenas direitos já adquiridos na década de 1990. Precisamos conquistar mais, pois estamos lidando com um agente altamente can-

cerígeno, que não tem limite seguro de exposição do trabalhador”, ressaltou o coordenador do Sindipetro Bahia, Deyvid Bacelar, que também integra a bancada dos trabalhadores na CNPBz.

Os dirigentes sindicais ressaltaram que há 10 anos não há avanços significativos na Comissão, justamente em função da intransigência e autoritarismo dos representantes da Petrobrás, que tentam a todo custo impor limites de exposição para o benzeno.

## Conselho Nacional dos Aposentados e Pensionistas reúne-se dia 18

No próximo dia 18, o Conselho Nacional de Aposentados e Pensionistas da FUP reúne-se para debater, entre outras questões, o impasse criado pelo Conselho Deliberativo da Petros em relação ao pagamento dos níveis referentes aos anos 2004, 2005 e 2006. No último dia 22 de outubro, o Conselho não deliberou

pela implementação do que foi acordado com a Petrobrás e cobrou da direção da Petros novos pareceres e informações sobre o impacto deste pagamento para o fundo de pensão. Até agora, no entanto, a Petros ainda não se posicionou sobre essa demanda histórica dos aposentados e pensionistas.

Para a FUP e seus sindicatos, o impasse criado pela Petros, além de prejudicar mais de 34 mil assistidos que serão contemplados com o pagamento dos níveis, é um claro descumprimento de acordo legitimamente pactuado com a Petrobrás e suas subsidiárias, que são as patrocinadoras do Plano Petros.

**Edição 1160 – Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT [www.fup.org.br](http://www.fup.org.br)**

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21)3852-5002 [imprensa@fup.org.br](mailto:imprensa@fup.org.br) Texto e edição: Alessandra Murteira - MTb 16763

Projeto gráfico e diagramação: Claudio Camillo - MTb 20478 Diretoria responsável por esta edição: Caetano, Castellano, Chicão, Chico Zé,

Dary, Divanilton, Enéias, José Maria, Leopoldino, Moraes, Paulo Cesar, Silva, Silvaney, Simão, Ubiraney.

# Barrar o terceiro turno

As organizações populares estão de volta às ruas, fazendo frente ao movimento da direita e dos setores conservadores que tentam inviabilizar as reformas cobradas pelos trabalhadores, apostando no terceiro turno. Nesta quinta-feira, 13, as centrais sindicais e os movimentos sociais realizaram em São Paulo e em outras capitais o Dia Nacional de Luta por Reformas Democráticas. O eixo principal tem sido a Constituinte Exclusiva para a Reforma Política, que é considerada a mãe de outras reformas necessárias para o país, tais como a agrária, a urbana e a democratização dos meios de comunicação.

**Financiamento de campanhas** – A CUT e os movi-



mentos sociais entendem que o ponto crucial da reforma política é o fim do financiamento privado das campanhas. A manutenção desse tipo de finan-

ciamento, além de fortalecer o poder dos grandes grupos econômicos em detrimento dos interesses nacionais, cria um vasto campo para a corrupção.

## Direita quer reeditar o “lacerdismo”

Para o cientista político Francisco Fonseca, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), são os movimentos sociais, organizados de baixo para cima, que têm legitimidade para defender as instituições democráticas e lutar por direitos sociais e de cidadania. Ele vê com preocupação fatos recentes protagonizados pela direita, como o pedido de recontagem de votos por parte do PSDB, as manifestações que cobram a volta da ditadura militar e o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT), o ódio e a violência contra militantes

de esquerda e a tendência golpista de parte da grande mídia, principalmente da revista Veja.

“Todos estes componentes remetem a um passado do qual não temos a menor saudade e que se assemelha ao lacerdismo”, alerta o professor, fazendo referência a Carlos Lacerda, que na década de 50, a cada derrota que seu partido sofria nas urnas, recorria aos militares para tentar impedir a eleição de Getúlio Vargas. O “lacerdismo” foi também uma das bases do golpe que em 1964 instalou a ditadura militar que vigorou no país por 21 anos.

Para o presidente da CUT, Vagner Freitas, o terceiro turno já está em curso. “A direita que faz oposição ao governo perdeu no voto e agora tenta ganhar a agenda política. Não podemos permitir que isso aconteça. A Dilma não foi eleita para acalmar os bancos ou promover ajuste fiscal que retire direitos. Ajustes são necessários, mas com prioridade ao olhar da classe trabalhadora”, afirmou na reunião da Executiva Nacional, no último dia 11, que contou com a participação do ex-presidente Lula.

## Eleições no Sindipetro Caxias: FUP apoia a Chapa 1

O sindipetro Duque de Caxias já iniciou seu processo eleitoral para escolha da nova diretoria que conduzirá as lutas do sindicato pelos próximos três anos. A eleição será realizada na

primeira semana de dezembro – entre os dias 01 e 04/12 – com participação dos trabalhadores filiados das bases da Reduc, Terminal de Campos Elísios e da UTE-GLB. A Federação Úni-

ca dos Petroleiros e seus sindicatos apoiam a **Chapa 1 – Unidade Nacional**, que tem como princípio a unidade classista da categoria, através da FUP e da CUT.